

PORTARIA nº 05/MPC/GABMBCM, 04 de abril de 2017.

INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N. 016.2017.675

Tomando conhecimento por meio da Notícia de Irregularidade nº 289/2017, de falhas na contratação de pessoal – sem concurso público - no Município de Santa Luzia/MG, em desacordo com os ditames legais e constitucionais reservados, e, ainda de possível nomeação de servidores para cargos em comissão fora das atribuições a que se destinam, em desalinho ao artigo 37, inciso V, da CR/88;

considerando que parte das contratações mencionadas no bojo da Ação Civil Pública (autos nº 0245.06.093.712-6 e 0245.09.164171-3 – 1ª Vara Cível da Comarca de São Luzia-MG) vêm se prolongando injustificadamente há anos, não restando demonstradas urgência e necessidade excepcional com flagrante dano ao erário municipal;

considerando a independência das instâncias judiciárias e administrativas, em especial do que se extrai das competências preconizadas no artigo 71 e incisos da CR/88;

considerando as competências remetidas ao Ministério Público pelo art. 26, I, da Lei federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, relativas à atribuição de instaurar medidas e procedimentos no exercício de suas funções, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

considerando por fim, o disposto no artigo 2º, inciso III c/c § 2º e, c/c o artigo 3º, todos da Resolução MPC-MG nº 07 de 21 de novembro de 2013, RESOLVO, no uso das minhas atribuições funcionais, **INSTAURAR PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO** para apurar os fatos trazidos à baila, que, em tese, ensejam graves irregularidades e danos ao erário público, fulminando os princípios administrativos da moralidade, eficiência e legalidade, todos em descompasso com a Constituição da República, do Estado e das leis aplicáveis à espécie.

Após a adoção das medidas cabíveis, determino que os autos retornem conclusos ao meu Gabinete, para ulteriores deliberações.

Autue-se, publique-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 04 de abril de 2017.

**Marcílio Barenco Corrêa de Mello**

Procurador do Ministério Público de Contas.